

O movimento do software livre

Inês Pereira

A história do software livre

A presente comunicação debruça-se sobre o movimento do software livre, apresentando uma reflexão em torno de algumas das principais implicações deste, discutindo-se principalmente de que modo o movimento do software livre desafia as teorias vigentes sobre movimentos sociais. Com base numa tese de mestrado, em fase de finalização, discutir-se-á, nas páginas que se seguem, alguns aspectos relevantes que decorrem deste movimento. Mas comecemos por introduzir o conceito de software livre.

A história do software livre, vê a sua génese nos anos 80, em torno de um *fait-divers*, mais precisamente, de uma impressora encravada. Richard Stallman, o pai do movimento, na altura um programador no famoso Artificial Intelligence Lab do MIT (Massachusetts Institute of Technology) debate-se com a dupla dificuldade de imprimir os seus documentos numa Xerox recentemente oferecida (que persistia em encravar), e de fazer uso das suas competências para solucionar esse mesmo problema, devido à impossibilidade de ter acesso ao código-fonte do software da impressora, ou seja a versão do programa na linguagem na qual ele foi escrito, que permite que um programador modifique o programa.

Este secretismo em torno do software e a existência de apertado controlo sobre a informação era algo, até então, inédito. Desgostado com esta nova tendência de

mercado da indústria de software, Stallman decidiu não pactuar mais com o este sistema, e criar um novo sistema operativo livre, com base em Unix, mas que não estivesse sujeito às leis de *Copyright*. Ao mesmo tempo que começou esta gigantesca tarefa, Stallman lançou as bases para o movimento ideológico e político do software livre.

O software livre pode assim ser definido como aquele cujo código-fonte está disponível, sendo portanto possível modifica-lo e distribui-lo sem quaisquer autorizações ou pagamentos adicionais. Uma aplicação que circule como software livre pode ser corrigida ou modificada por qualquer utilizador ou programador que não o original. Para além de permitir um trabalho em rede, onde colaboram diversos programadores, e onde o próprio utilizador/consumidor final tem direito a intervir, se quiser e conseguir, o software livre constituiu-se como um movimento, com posições políticas e filosóficas próprias.

Stallman lançou o projecto GNU (Gnu's Not Unix) e começou a escrever o seu novo sistema operativo, integrando peças já escritas com outros pedaços de código que escreveu de raiz. Paralelamente, foi fundada, também por Stallman, a Free Software Foundation (FSF –fundada em 1985) com o intuito de financiar o projecto GNU, através da recolha de donativos mas também pelas vendas de software e disponibilização de serviços. A FSF tornou-se também directamente responsável pelo desenvolvimento de algumas partes importantes dos pacotes de software GNU. Foi ainda nesta altura que foram consagradas as bases filosóficas do software livre consubstanciadas na seguinte lista de 4 liberdades:

1. A liberdade de executar o software para qualquer uso;
2. A liberdade de estudar o funcionamento de um programa e de adaptá-lo às suas necessidades;
3. A liberdade de redistribuir cópias;
4. A liberdade de melhorarem o programa e de tornar as vossas modificações públicas de modo que a comunidade inteira beneficie da melhoria.

O projecto GNU é também responsável pela Licença Geral Pública GNU (GNU General Public Licence ou simplesmente GPL), uma medida legal criada com o intuito de garantir o acesso a essas 4 liberdades.

No princípio do seu projecto Stallman pensara em desenvolver (em conjunto com a sua equipa) todo um sistema operativo completo e só depois de concluído lança-lo publicamente, mas isso não se veio a verificar. De facto, muitos dos componentes do sistema começaram desde cedo a circular em sistemas UNIX não livres, mas com os quais eram compatíveis. De qualquer modo, em 1990 o novo sistema estava quase pronto, faltando apenas o kernel: núcleo que faz de interface entre o hardware do computador (a máquina propriamente dita) e o software (as aplicações/programas), um último passo que acabou por não ser concluído. Porque entretanto apareceu o Linux, um kernel, com berço na Finlândia e que veio a juntar-se ao incompleto GNU.

Concretamente o Linux é o núcleo (kernel) que faz de interface entre o hardware do computador (a máquina propriamente dita) e o software (as aplicações/programas). A este kernel são adicionadas aplicações várias, que formam no seu todo um sistema ou distribuição. Particularidade do Linux é ter sido desenvolvido inicialmente por um jovem estudante finlandês, Linus Torvalds, da Universidade de Helsínquia. O seu trabalho foi disponibilizado como software livre, tendo a primeira versão (0.02) sido lançada em Outubro de 1991. O grupo de desenvolvimento foi-se progressivamente alargando, não muito tempo depois, dezenas de programadores contribuíam para a melhoria do sistema. No final de 1993 saiu a versão 0.99, que viria a dar origem à primeira versão oficial. A partir daí o resto, como se costuma dizer, é história.

Uma vez criado um sistema operativo livre, assiste-se a uma crescente expansão. O GNU/Linux, o sistema completo que nasce do casamento entre o projecto GNU e o kernel desenvolvido por Torvalds, é constantemente melhorado, através das contribuições de dezenas, centenas, milhares de indivíduos, em cantos diferentes do mundo, que acedem ao sistema (adquirindo cds ou através da transmissão de ficheiros via Internet), testam as suas funcionalidades, lêem o código-fonte e inserem melhorias e modificações. Começam a ser criadas aplicações de toda a ordem, programas de todo o tipo, disponibilizando-se o código-fonte e compatibilizando-as com o sistema GNU/Linux.

Um movimento mundial vai, assim, crescendo, envolvendo um número cada vez maior de programadores que também querem divulgar e partilhar as suas criações. Simultaneamente, o movimento do software livre aplica-se no trabalho de divulgação e envolve-se em lutas pelo ideais associados ao movimento (partilha da informação,

acesso ao conhecimento, possibilidade de criação tecnológica) assumindo directamente algumas lutas, como, por exemplo, contra as propostas de patenteamento do software.

Uma nota quanto à uso de GNU/Linux em Portugal. Esta história começa em meados dos anos 90, acompanhando a difusão da Internet nas Universidades e a consolidação dos primeiros ISP nacionais. É neste contexto que surgem os primeiros grupos universitários de utilizadores de Linux: o GUL (do ISCTE), o GIL (da Universidade do Minho) e ainda um outro grupo na Universidade do Algarve. Os participantes nesses diversos grupos comunicavam-se com alguma regularidade através da Internet, e começaram a encontrar-se face a face num primeiro conjunto de eventos, nomeadamente o *Workshop de Linux* do GUL, organizado em conjunto com a ADETTI (Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e das Técnicas de Informática), que se iniciou em 1998, com uma segunda edição em 1999. Neste mesmo ano ocorreu outro evento memorável: o Simplinux, um encontro na Universidade do Algarve onde compareceu, entre outros, Alan Cox (um dos responsáveis pelo desenvolvimento do *kernel*). Foi também nesse mesmo ano que foi criado o Gildot, um fórum de discussão online que se veio a tornar um importantíssimo veículo de discussão e troca de informações entre os ‘linuxonautas’ portugueses.

Os últimos cinco anos assistiram a uma progressiva consolidação do software livre em Portugal, sendo indicadores desta o aparecimento da primeira distribuição de Linux Portuguesa (a Caixa Mágica, que ganhou em 2000 o Prémio Milénio, promovido pelo jornal Expresso e pela cerveja Sagres); a constituição da Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL, surgida em 2001) e a proliferação de grupos de utilizadores, de eventos e de projectos.

Um movimento tecnológico

O GNU/Linux, cuja génese e desenvolvimento foram sumariamente traçados nas últimas páginas não é só um sistema informático de sucesso, considerado, por muitos dos seus utilizadores, como particularmente robusto e eficiente. Coloca-nos perante questões de natureza política, económica e interaccional, transformando-se assim num interessante foco de reflexão e análise, também sociológica.

O ‘movimento do software livre’, como aqui lhe chamo, é simultaneamente: (1) uma fonte de inovação tecnológica, que recoloca com particular acuidade a questão das

condições de produção e de comercialização da tecnologia; (2) um movimento com implicações políticas e ideológicas, de que parte dos membros se ocupa quase exclusivamente; (3) um movimento que se auto-intitula de comunitário, palco para a construção e reprodução de certas identidades colectivas; (4) uma rede social e comunicacional que une programadores e utilizadores de vários cantos do mundo; finalmente, (5) um campo de análise social fecundo, palco de construções identitárias, e de elaboração de valores éticos e ideológicos, mas também estéticos e simbólicos.

O movimento do software livre destaca-se assim por abranger uma multiplicidade de problemáticas, comportando consequências relevantes para diversos domínios da vida social. Uma primeira questão colocada pelo software livre prende-se com o modelo alternativo de inovação tecnológica que implica, consubstanciado no conceito de engenharia em rede, em que o produto (neste caso o conceito de obra final não se aplica, já que se trata de uma construção em permanente reconstrução) resulta de uma multiplicidade de contributos diferenciados de programadores espalhados por todo o mundo. Contributos que de resto, podem seguir trilhos convergentes ou divergentes, havendo lugar para sobreposições, cruzamentos de caminhos, ou alternativamente, subdivisões por direcções distintas.

Este modelo de inovação tecnológica resulta de três premissas: (1) a partilha do conhecimento, (2) a reconfiguração da dicotomia produtor/consumidor e, finalmente, (3) a noção de progressão tecnológica como *patchwork*.

A partilha das competências tecnológicas entre os diversos programadores e das próprias ferramentas operacionais que conduzem ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, substitui-se a um modelo convencional baseado no fechamento dos procedimentos de produção tecnológica em corporações concorrentes. Este aspecto, que está na génese do próprio conceito de software livre, tal como foi formulado por Stallman, desafia os princípios que têm orientado a inovação tecnológica contemporânea, fundamentada na competitividade inter-empresarial, no controle sobre a informação e no domínio exclusivo das empresas sobre os seus produtos. Possui-se as devidas competências, e qualquer pessoa se pode transformar num produtor de software livre, algo que proporcionalmente acontece com relativa frequência, já que uma grande parte dos utilizadores possui competências básicas de programação.

Este modelo pressupõe ainda que o desenvolvimento tecnológico é uma construção permanente, como um trabalho de *patchwork*, permanentemente inacabado. Um pouco

como um *bricoleur*, o programador escolhe, alinha, transforma e reescreve o código-fonte. Note-se que este tipo de produção não é exclusiva à indústria informática, o conhecimento tecnológico é, não raras vezes, construído com base em elaborações prévias, ainda que isso nem sempre seja valorizado pela história da tecnologia.

Se, por um lado, o software livre preverte o modelo organizacional convencional de produção tecnológica, por outro desafia a comercialização do software, e o modelo económico que lhe é associado, assumindo, desta forma, um papel na corrente discussão sobre a mais ampla alteração dos modelos de negócio face à internet.

Simultaneamente, a tecnologia é dotada de significados e sentidos¹. Porque não é neutra, é criada ao serviço de determinados propósitos e intencionalidades, em condições sociais específicas, relacionalmente – e em interacção com outras esferas da vida social - e assumindo-se o seu papel de motor de mudança societal.

Quando comecei a estudar o software livre, interessou-me particularmente este aspecto. Para lá do modelo alternativo de produção tecnológica; ou, melhor dizendo, por causa desse modelo alternativo, encontrei reflexões sobre o processo eticamente correcto de inovar tecnologicamente, e também sobre o progresso social que a tecnologia pode acarretar. Estes dois sentidos emergem simultaneamente: por um lado, a liberdade de criar e a partilha do conhecimento; por outro, a promessa aos consumidores (desde Estados a utilizadores individuais) de um sistema independente, duradouro, barato (ou grátis) e com uma comunidade de apoio e suporte. Foi desta forma – enquanto projecto político e filosófico – que o software livre foi criado, e é neste sentido, enquanto movimento ideológico, que continua a ser entendido por muitos dos seus adeptos.

A história da tecnologia é pródiga em criações, que, pelo menos na génese, tinham associada uma dimensão de mudança e progresso social, sendo defendidas publicamente pelo projecto societal alternativo que visavam (o próprio aparecimento da internet tem na origem uma ideia libertadora e democratizadora da criação e acesso à informação). No começo da minha tese dediquei-me, assim, à ideia de movimentos tecnológicos: sentidos atribuídos a uma dada tecnologia e acções em defesa desta, conduzidas por grupos de indivíduos, envolvidos na elaboração e difusão da mesma. Primeira questão:

¹ Neste sentido, falar da ‘tecnologia’ pressupõe uma segmentação puramente analítica. A impossibilidade de isolar a dimensão tecnológica de um quadro complexo de processos sociais tem sido assinalada em numerosos estudos sobre tecnologia e sociedade, discutindo-se tanto as condições sociais de produção de tecnologia, como o impacto estrutural desta na sociedade, e a implicação de toda uma ordem de factores culturais e sociais tanto na apreensão e recepção como na criação tecnológica.

será então o movimento tecnológico em torno do software livre um movimento social? Poder-se-á, para lá da alternativa tecnológica, reconhecer-se que essa mesma tecnologia é dotada de sentidos e significados e que fazer tecnologia pode ser simultaneamente fazer ideologia? Ou que defender o uso de determinada ferramenta informática pode equivaler analiticamente à defesa de um direito humanitário, de um grupo social, de uma identidade particular²?

Os projectos do software livre

Para analisar de que forma o movimento do software livre pode ser visto como um movimento social, centrei-me antes de tudo o mais em torno da ideia de projecto. Qual é o projecto associado ao software livre? Que projectos ou sentidos são identificados por aqueles que se reconhecem como parte integrante deste movimento?

O termo projecto surge recorrentemente na linguagem actual, estando a sua utilização difundida tanto no meio empresarial, como no artístico ou político, sendo, da mesma forma, considerado no discurso sociológico das últimas décadas. No presente contexto - de discussão em torno do movimento do software livre - a noção de projecto surge como um conceito unificador, como um objectivo reivindicado pelos que se reconhecem envolvidos neste movimento, e como um sentido em função do qual se estrutura a acção. Por outras palavras, o projecto é um *leit motiv* para a pertença, um tecto comum que abriga aqueles que se reconhecem envolvidos, e simultaneamente um sentido que é atribuído à acção.

O primeiro tipo de projecto associado ao movimento do software livre prende-se com as possibilidades de inovação e criação tecnológica facultadas pelo uso das ferramentas de código-aberto: a criação enquanto projecto pessoal e colectivo, o que compreende, em primeiro lugar, uma exploração hedonista das potencialidades tecnológicas, envolvendo diversão, auto-aprendizagens, exploração de limites – próprios e da máquina – e conquista de competências e saberes. A noção do prazer criativo surge ao longo do discurso dos vários entrevistados, sendo muitas vezes referida como uma motivação inicial para o uso de software livre. O sistema de código aberto possibilita, deste modo, o desenvolvimento de novos projectos tecnológicos (possibilidade que não é dada por

² A relação entre movimentos sociais e tecnologia parece-me estreita, não só neste domínio. Temos movimentos sociais contra determinada tecnologia, favoráveis a determinada tecnologia e pela difusão da tecnologia e das competências tecnológicas.

outro tipo de sistemas operativos), quer através de iniciativas individuais, quer pela inserção em grandes iniciativas em curso.

Projecto criativo, a inovação tecnológica é simultaneamente dotada de sentidos e significados, incorporando éticas, ideologias e projectos de mudança. A utilização de software livre reveste-se, para grande parte dos seus utilizadores, de um sentido ético e o projecto do software livre é também um projecto de utilização correcta da tecnologia, ao mesmo tempo que a difusão e propagação deste conceito se funda numa intenção de mudança social.

Esta ideia pode não ser partilhada por todos, podendo-se afirmar que o universo do software livre se divide entre aqueles que são principalmente apoiantes do ponto de vista tecnológico – pelas vantagens tecnológicas e benefícios implicados – e aqueles que acreditam no projecto político e ideológico associado.

Para aqueles que se afirmam como relevando a componente mais política e filosófica do movimento, a liberdade assume-se como o valor fundamental, base necessária à inovação tecnológica. Embora nem todos os participantes se revejam nesta posição, a ideia da liberdade – associada às possibilidades de partilha de informação e de realização colectiva, mas também de acesso total e geral à informação é fundamental para grande parte dos envolvidos, e transversal ao discurso produzido por estes, inclusive nos discurso mediatico (presente em sites, panfletos, etc...).

Outra conceito central ao movimento do software livre é a independência: independência face a grandes organizações empresariais de tendência monopolista e a estratégias comerciais que controlam arbitrariamente as aplicações informáticas disponíveis no mercado, retirando-as ou impondo actualizações. Esta situação não acontece com o software livre – baseado em inter-operabilidade das várias soluções apresentadas – e onde o encerramento de uma aplicação é impossível – a partir do momento em que o código-fonte se encontra disponível. Neste sentido, as opções livres podem ser utilizadas como estratégia de manutenção e garantia de longevidade de uma base de dados.

As companhias de desenvolvimento de software são também acusadas de usufruir da situação semi-monopolista em que operam para tributar excessivamente os seus utilizadores, controlando de forma arbitrária o mercado, e impedindo a coexistência de outras plataformas informáticas e a penetração no mercado de *software houses* de menor

dimensão. Aqueles que estão mais preocupados com esta questão transmitem a necessidade de agir rapidamente, insistindo em que a maior parte da população está completamente alheada face a estas ameaças extremamente graves que estão a acontecer neste preciso momento.

A maior parte dos indivíduos inseridos na comunidade software livre defende a utilização deste a nível estatal, cumprindo a dupla função de redução de despesas e de independência do estado face aos monopólios empresariais. Neste sentido, um grupo de utilizadores, ligados a diferentes grupos, criaram um manifesto (disponível electrónicamente para assinatura) com o título P3M - Portugal merece mais e melhor - onde se defende a adopção nacional de ferramentas *open source*, citando-se exemplos de outros países, e referindo-se a vantagem de *”a curto prazo os custos serem dramaticamente reduzidos e a médio prazo se diminuir a dependência face a software cujo controlo e política de evolução estejam na mão de uma única empresa”*

Rumo a novos movimentos sociais?

Os diversos autores da sociologia dos movimentos sociais são unânimes em definir um movimento social como uma forma de acção colectiva, concertada, com uma intenção explícita de cooperação, em que os seus participantes defendem (com convicção) determinada causa. Neste sentido, e por tudo o que já foi dito, parece possível integrar o movimento do software livre nesta definição: enquanto acção colectiva, conjugada entre diversos núcleos de desenvolvimento, que se articulam entre si com o intuito explícito de produzir inovação tecnológica, à qual não é alheia uma componente ideológica, que é defendida pelos vários participantes e especificamente por associações exclusivamente de lobby político (como é o caso da ANSOL) e manifestos de cariz também político (como o manifesto P3M – Portugal merece mais e melhor, já referido). A própria defesa do software livre enquanto prática, a luta pela possibilidade de poder continuar a fazer software livre, enquadra este envolvimento como um movimento social, algo reforçado ainda pelo envolvimento de partidos políticos. Finalmente, também o discurso produzido pelos grupos de utilizadores, participantes individuais e associações corrobora esta ideia, já que uma parte significativa dos indivíduos afirma-se envolvido num movimento social, ou pelo menos, reage favoravelmente perante esta ideia.

A acção dos movimentos sociais é também uma acção contra algo, uma luta para a qual é identificado um adversário. Em muitos casos este adversário é o Estado-Nação, enquanto grande regulador social. Na era da globalização, assiste-se todavia a uma certa opacidade quanto a quem toma as decisões – quem deve ser o adversário a nomear – acabando os movimentos por se virar contra um adversário escolhido, que na maior parte dos casos acaba por ser novamente o Estado ou, alternativamente, nomeando-se um adversário vago, ou longínquo, inclusivamente a própria globalização (Neveu, 1996, Castells:1997). No caso do software livre, o adversário também é múltiplo, podendo abranger legislações, Estados, ou mesmo utilizadores de outras aplicações, todavia, o adversário mais referido será a empresa responsável pelo principal sistema operativo concorrente, considerada como hegemónica e monopolista, fala-se, é claro da Microsoft, que surge recorrentemente como o principal alvo de ataque nos discursos dos membros deste movimento.

Pretendendo-se enquadrar o software livre na análise sociológica dos movimentos sociais, há que referir, todavia, a dificuldade desta em abranger novas formas de intervenção na sociedade, exemplificando a partir deste movimento alguns desafios colocados às principais correntes sociológicas neste domínio.

Desde os anos 60, altura em que o eclodir de novas agitações sociais induziu a um avanço teórico nesta área, que o estudo dos movimentos sociais se tem autonomizado enquanto ramo disciplinar, assumido-se como uma área de debate sociológico aceso. Não é possível encontrar-se uma perspectiva consensual, mas sim identificar algumas grandes correntes de pensamento. Alguns autores que elaboraram sínteses nesta área (ver della Porta e Diani (1998), Neveu (1996), Martins (2001)) identificam quatro grandes tendências de discussão: a perspectiva do comportamento colectivo (collective behaviour), a teoria da mobilização de recursos, a perspectiva do processo político e as teorias dos novos movimentos sociais. Esta última perspectiva: a sociologia dos Novos Movimentos Sociais (ou NMS) releva precisamente o declínio do conflito central entre as classes da sociedade industrial (o patronato e o proletariado) e a proliferação e diversificação de novos movimentos, ligados a outras categorias sociais (Touraine, 1978).

Neste sentido, as teorias sobre novos movimentos sociais relevam a ocorrência de novos temas de acção, novos projectos, associados a novas dinâmicas sociais. Numa das formulações fundadoras das teorias dos NMS, Alain Touraine associa a emergência

destes às novas formas de produção e de organização societária, que deslocam o principal palco de conflito para fora da fábrica, substituindo assim o movimento sindical por uma nova geração de movimentações sociais, associados à ecologia, à universidade, aos direitos de certos grupos oprimidos, movimentos estes que são associados, entre outros factores, à emergência das classes médias, e à defesa de identidades particulares.

Desta forma, a formulação de teorias sobre novos movimentos sociais parece ir no sentido de relevar a ocorrência de novas instituições centrais na sociedade, que por sua vez corresponderão a novas arenas de luta e a novos tipos de movimento social. Num mundo em acelerado progresso tecnológico, numa sociedade baseada no progresso científico, na tecnologia e na informação (como nos têm referido um conjunto de teorizações sobre as sociedades contemporâneas), estará o principal palco de conflito social a movimentar-se para o controlo e/ou liberalização e igualitarização dos mecanismos de produção e informação, notavelmente o software? Serão o combate à info-exclusão, pela liberdade de expressão e divulgação com o recurso às novas tecnologias de informação, ou a luta pela democratização da Internet, novos palcos de combate (a par, por exemplo com a divulgação da cultura científica e tecnológica) para uma novíssima geração de movimentos sociais?

Embora diversos autores conceptualizem os movimentos sociais na era da sociedade de informação, as suas análises têm recaído principalmente sobre a utilização que estes fazem das novas ferramentas ao seu dispor. Outro importante foco de reflexão e análise tem sido a relação entre a globalização e os movimentos sociais, destacando, por um lado, a tendência destes para a globalização e por outro, a tendência contrária, o aparecimento de muitos movimentos de resistência à globalização, baseados na expressão das identidades particulares.

Esta dupla tendência perante a globalização é particularmente interessante, já que, por um lado, encontram-se movimentos cujas preocupações são globais (como é o caso, por exemplo, do movimento ecológico, já que a Natureza é, intrinsecamente global) e outros cujo próprio modo de acção só faz sentido num mundo global, algo muito comum, por exemplo, nas organizações pelos direitos humanos; e por outro movimentos pela defesa de identidades particulares, territorializadas ou associadas a identidades de cariz cultural, étnico, religioso.

O software livre, de cariz global e com uma organização reticular, encontra-se numa complexa área de charneira a este nível: promovido por uma minoria (e de cujas

implicações tecnológicas está completamente alheia a maioria da população mundial), tem como objectivo, não só a liberdade de criação para os seus membros, mas o progresso tecnológico em geral e, pelo menos para alguns dos seus participantes, a construção de uma outra sociedade marcada pela partilha do conhecimento e pelo acesso generalizado à informática.

O raio de acção do software livre parece ainda poder desdobrar-se em outras duas vertentes. Na primeira, que diz respeito à possibilidade de criar de forma livre, trata-se de um privilégio exclusivo dos criadores, que, tendo em conta as exigências em termos de competências e de acesso a tecnologias, não podem ser identificados com as escalas mais baixas da pirâmide social³. Por outro lado, a defesa da liberdade de trocar software assenta em princípios que reenviam, entre outras questões, para a possibilidade de *empowerment* dos países menos desenvolvidos.

Alguns autores têm tentado elencar as principais formas de acção dos movimentos sociais, considerando que estas podem incluir acções *standard* já mais ou menos institucionalizadas, como o recurso à greve ou a manifestações, ou improvisação sobre estas possibilidades, recorrendo-se a diferentes formas de chamada de atenção. Enquanto movimento social, a acção colectiva levada a cabo pelos participantes no movimento do software livre – para além do desenvolvimento de software propriamente dito – centra-se principalmente na divulgação e difusão do software livre (pretendendo-se assim aumentar o número de aderentes à causa), e na pressão exercida junto de actores institucionais relevantes (inserindo-se esta acção numa lógica de procura de apoios mais carismáticos e principalmente, junto de actores com uma capacidade de manobra maior que a dos já envolvidos no movimento).

A divulgação do software livre passa principalmente pela elaboração de sites, mailing lists, folhetos e outros documentos de suporte à causa. Tanto projectos associados a determinadas distribuições, como grupos de utilizadores (geralmente ligados a universidades), como a própria ANSOL elaboram documentos pró-software livre, que são divulgados nos meios ao dispor dessas entidades – geralmente *websites* e outras formas de difusão online.

³ Embora seja de assinalar que, comparativamente, os sistemas livres permitem a criação tecnológica por parte de indivíduos fora das grandes corporações informáticas e que usualmente não seriam programadores, como por exemplo jovens estudantes. Pelo que, dentro do mundo dos informáticos, o GNU/Linux pode ser considerado democratizante (afirmação eventualmente combatida pelos seus detractores que relevam as competências extra que são necessárias para programar em software livre).

A ANSOL, protagonista central deste movimento, assume ainda a elaboração de folhetos que distribui em eventos onde participa - ou que organiza - a par com desdobráveis da FSF. Uma das minhas colaborações com a ANSOL foi precisamente a elaboração de capas de divulgação, onde se inseria um pequeno desdobrável explicativo, um texto sobre patentes – a explicar os motivos que levam esta associação a opor-se à patenteabilidade do software e um CD Caixa Mágica. Estas capas são distribuídas em eventos e conferências, com particular atenção aos jornalistas presentes.

Tendo em conta o relativo desconhecimento social face ao software livre, a divulgação assume a importância de uma acção simultaneamente defensiva e ofensiva. Autocolantes colados no computador, ou peças de roupa publicitando o software livre servem um mesmo intuito – afirmar: *eu pertenço a este movimento, eu uso software livre*. O estabelecimento de parcerias, nomeadamente com empresas, pode também ser visto como uma forma de expansão e divulgação, destacando-se o papel da Caixa Mágica neste campo, onde a propaganda se confunde de certa forma com a divulgação e defesa.

Por outro lado, a participação no Fórum Social Português, diversas acções de pressão e divulgação junto de políticos e comunicados à imprensa, principalmente por parte da ANSOL, são outras formas de acção social específicas dos movimentos sociais. Atente-se neste excerto retirado do site da ANSOL exemplificativo da sua campanha de apoio ao projecto-lei: para o Software Livre.

Este envolvimento do movimento do software livre com outros movimentos sociais abre caminho para uma outra discussão: a procura de enquadrar – em termos culturais e politico-partidários – este movimento. A concepção corrente tende a ver os valores arrumados em pacotes ou kits ideológicos mais ou menos coerentes, onde a articulação de valores e pertenças segue associações usualmente estabelecidas. Face a esta concepção dominante, o mundo do software livre constitui uma interessante variante, quer em termos de discurso político-ideológico, quer em termos culturais.

Nas reflexões que os indivíduos envolvidos desenvolvem sobre o enquadramento das suas proposições, por vezes o software livre é associado à partilha e igualdade, noutras, a questão da liberdade é associada à criação de mercados competitivos, isentos de restrições, e onde a inovação tecnológica é o valor fundamental, sendo estas noções consideradas alternativamente como associadas preferencialmente a um pensamento de esquerda ou de direita.

Noutro sentido: por um lado, são estabelecidas ligações com uma cultura dita alternativa, ao apresentar propostas marginais à lógica dominante dos mercados e consumos eticamente conscientes e alternativos. Por outro lado, a composição social e principalmente profissional dos envolvidos aproxima-os, pelo menos no imaginário comum, de um *establishment* social.

Desta forma, as relações estabelecidas com outros movimentos sociais podem existir de modo mais ou menos harmonioso – a ANSOL esteve presente, por exemplo, no Forum Social Português – ou ser quase inexistentes, devido simultaneamente a um descrédito destes quanto à ‘informática alternativa’ e à dificuldade dos próprios em se integrarem em outro tipo de acção social.

A associação à política partidária é ainda mais difícil de definir, podendo ser identificados diferentes perfis de relação político-partidária: (1) indivíduos que defendem uma associação a valores de esquerda – não necessariamente partidária, não obstante admitirem a infiltração no movimento de *uns quantos neo-liberais*, como me referiu um dos informantes privilegiados; (2) indivíduos de direita, que geralmente são os que menos associam a participação neste movimento aos valores político-partidários, chegando a reflexivamente interrogarem-se semi-ironicamente sobre o modo como se envolveram em algo deste tipo; (3) indivíduos que assumem a fragmentação dos pacotes ideológicos considerando-se – e ao próprio grupo – como conjugando diferentes quadrantes, para lá da tradicional divisão esquerda-direita; (4) indivíduos que demonstram algum cepticismo e descrença face à política partidária, optando por não se enquadrar, nem ao movimento, em nenhum quadrante político.

Do movimento social ao mercado empresarial

Ainda que de forma pouco convencional, alternativa ao processo de inovação tecnológica das grandes organizações empresariais, o software livre move-se num contexto de mercado concorrencial, ainda para mais marcado por questões de interoperabilidade entre diferentes sistemas operativos. Coloca-se assim a necessidade de estabelecer algum tipo de relacionamento entre as soluções informáticas concorrentes, questão colocada simultaneamente aos produtores de software livre e às demais empresas ligadas ao software.

Esta é, de resto, uma questão que se coloca, a seu modo, aos diversos movimentos sociais. Assumindo-se que o projecto central de um movimento social é a alteração societal, baseada em modelos alternativos por ele propostos, a relação entre estes e os modelos vigentes é sempre complexa. Em muitos casos, a estratégia do movimento passa pela negação do modelo existente, exigindo-se a mudança social e de certa forma não reconhecendo a pertinência da concorrência do modelo anterior. O movimento do software livre, todavia, é detentor de um projecto que concorre directamente com a mesma *mainstream* que pretende derrotar, no mesmo plano e, até certo ponto, utilizando as mesmas armas. Note-se que se esta situação pode parecer à partida particularmente associada a movimentos de última geração é todavia nesta base que a escola touraniana define os movimentos sociais – em que o actor reconhece ao seu oponente uma identidade de tipo social, localizando a sua luta num mesmo terreno – demarcando este conceito doutras formas de acção colectiva.

Por outro lado, esta questão relaciona-se, pelo menos para muitos dos indivíduos, com a própria identidade de cada movimento que deve ser, ou não, mantida ‘pura’ desdenhando-se o estabelecimento de concessões face a outros, ou, inversamente, defendendo-se a tendência de universalidade da proposta defendida, e assumindo-se que esta exige concessões e envolvimento de outros que não a defendem da mesma forma. Para muitos dos envolvidos no software livre, as empresas não são ou não devem ser, enquadradas como parte do movimento, ainda que sejam incorporadas estrategicamente nas acções desenvolvidas. Por outro lado, em termos analíticos há que reconhecer o papel das empresas nacionais no movimento do software livre e o seu contributo particular na configuração do futuro deste.

Que projectos de software livre possuem as empresas? Duas lógicas distintas separam a relação entre software livre e empresas. Por um lado, existem empresas utilizadoras de software livre, principalmente para poupar dinheiro, ou pelas vantagens técnicas que isso possa apresentar. Por outro lado, existem empresas que desenvolvem soluções em software livre, principalmente dos dois tipos já referenciados em excertos do diário de campo: pequenas empresas que apostam na competitividade das suas soluções de software ou grandes empresas, muitas vezes de cariz multinacional que não querem ficar de fora das tendências futuras de desenvolvimento tecnológico. Tal como as empresas se podem aproximar do mundo do software livre, também este se aproxima das empresas. Em Portugal destaque-se o caso do Caixa Mágica, que tem fornecido

soluções adaptadas à realidade de empresas, desenvolvido diversas acções de formação nesse sentido e desenvolvido parcerias específicas.

Note-se ainda que as empresas podem actuar como importantes pontos da rede de desenvolvimento – actuando mesmo enquanto pontos de passagem obrigatórios no desenvolver da rede. Falo especialmente das empresas que se dedicam à consultoria informática. É através destas que as soluções de software livre se vão propagar por outras empresas.

A relação entre movimento e empresas, é assim dotada de complexidades, repetindo a problemática de relação entre movimento e instituição. Certos projectos tendem a ser convertidos em empresas ou pelo menos a aproximar-se destas, sugerindo que o final último do movimento será o seu estabelecimento enquanto instituição. Outros negam esta possibilidade e defendem o que consideram ser a identidade do software livre, criticando as cedências comerciais, que são acusadas, principalmente enquanto cedências técnicas, sendo a técnica neste caso a expressão de uma determinada cultura. Quero com isto dizer, que as soluções comerciais ou quasi-comerciais adoptadas por certas distribuições consideradas mais *user-friendly* são acusadas de menor qualidade a nível técnico, funcionando a capacidade técnica de uso e desenvolvimento de distribuições consideradas mais complexas e melhores, como uma manifestação identitária da própria cultura associada ao software livre.

Com esta pequena comunicação pretendeu-se introduzir o interesse sociológico em abordar este movimento tecnológico e particularmente, a relação estreita aqui estabelecida entre informática, enquanto tecnologia, e acção colectiva, ou movimento social. Simultaneamente, muitas outras questões são levantadas, nomeadamente sobre a multiplicidade de projectos associados ao software livre, que parecem justificar um continuado interesse da sociologia por esta temática.

Bibliografia

Castells, Manuel (2000), *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume I - The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell

- DiBona, Chris, Sam Ockman e Mark Stone (ed), (1999) *Open Sources – Voices from the open source revolution*, O'Reilly
- Eder, Klaus (1993) *The new politics of classes – Social Movements and cultural dynamics in advanced societies*, London, Sage
- Himanen, Pekka (2001), *The hacker ethic and the spirit of the information age*, london, Vintage (com prólogo de Linus Torvalds e epílogo de Manuel Castells)
- Martins, Susana da Cruz, (2001) *Associações e modos de acção colectiva no âmbito dos novos movimentos sociais em Portugal*, Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE
- Neveu, Erik, (1996), *Sociologie des mouvements sociaux*, Editions La Découverte, Paris
- Porta, Donatella della e Mario Diani, (1998), *Social Movements: an introduction*, Blackwell Publishers
- Raymond, Eric S., (1999), *The cathedral and the bazaar, musings on Inix and open source by an accidental revolutionary*, O'Reilly
- Touraine, Alain,(1978), *La voix et le regard, Sociologie des mouvement sociaux*, Paris, Édition di Seuil
- Trezentos , Paulo, (2002), *Inix para PC's, Caixa Mágica – o Inix em português*, Fca – Editora de informática